Juarez Ferreira COELHO*

A inflação baixa distorce, ou não, as demonstrações contábeis

Resumo

Este artigo demonstra, através de um processo de simulação, as distorções causadas pela inflação e os juros embutidos nas transações comerciais das empresas. Hoje, nas demonstrações contábeis elaboradas através das exigências da Lei das S/A's - Lei 6404/76 e o Regulamento do Imposto de Renda - não mais se aplicam as técnicas necessárias para a apuração dos efeitos inflacionários nos demonstrativos contábeis, porque a Lei 9249/95 proibiu a utilização da correção monetária de balanço nos demonstrativos contábeis.

Nos três últimos exercícios, a inflação está relativamente baixa, mas pode provocar grandes distorções na lucratividade e, conseqüentemente, no patrimônio líquido da empresa. Daí a razão da elaboração deste simulado, para averiguação das distorções causadas pelos impactos inflacionários e juros.

Abstract

This article is a demonstration through a simulation process of distortions caused by inflation and the interests inserted in the commercial transactions. Today, in the accounting demonstrations developed from requirements by Federal Law 6404/ 76 and Income Tax Rules- no more are applied the necessary techniques for verifying the inflationary effects on accounting demonstrations because the Federal Law 9249/95 has prohibited the utilization of monetary amendment for balance in the accounting demonstrations.

In the three last exercises, the inflation is relatively down but it can determine large distortions in the profitability and, in consequence, in the corporation net assets. To demonstrate this fact by a simulation process was the objective of this article.

Com o advento do Plano Real implantado em nosso país a partir de julho de 1994, sua premissa maior foi tentar eliminar a inflação, ou seja, uma desindexação global da economia. Contudo, podemos observar que esse expurgo só atingiu o lado mais fraco da corda, chamada de pessoa física e jurídica. Conseqüentemente, com a implantação da Lei 9249/95, as empresas foram proibidas de efetuar a correção monetária de balanço; essa nova regra passou a ser praticada já nos Balanços Patrimoniais encerrados a partir de janeiro de 1996.

Se capitalizarmos os índices de inflação medidos pelo IGPM-FGV, iremos detectar um número razoável que, sem dúvida, estará distorcendo as demonstrações contábeis e financeiras, bem como os custos de produção, aumento da carga tributária, através de maior recolhimento de tributos, como: Contribuição Social sobre o Lucro e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, distribuição imprópria de dividendos aos sócios e participação nos lucros e resultados dos funcionários.

O governo congelou a UFIR (Unidade Fiscal de Referência), índice base que media a inflação, quando não era manipulada pelo mesmo, que acabou sendo extinta como índice para a correção de balanços. Mas, as multas e juros por atraso no pagamento de tributos, para o próprio governo, não foram congelados.

*Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia e Administração / USP (aluno especial). Mestre em Ciências Contábeis e Financeiras. Bacharel em Ciências Contábeis. Professor das Faculdades Integradas "Campos Salles" e UNIP.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) publicou a Instrução Normativa 64/87, que passou a exigir as demonstrações complementares em moeda de capacidade aquisitiva constante, apenas para as empresas de capital aberto inicialmente, porém, sabemos que a informação contábil elaborada pela sistemática da correção integral, melhora significativamente a demonstração contábil, pois irá refletir a perda ou ganho do poder de compra da moeda, dependendo da estrutura da empresa.

Vimos por vários anos as empresas, que publicam balanços pela sistemática de capacidade aquisitiva constante da moeda, receberem prêmios concedidos pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), pela nobreza da

informação contábil.

O contabilista tem o dever de bem informar, para que a direção de sua empresa possa melhor decidir em termos de gestão econômica e financeira.

Este caso prático foi desenvolvido através de dados contábeis hipotéticos, com a utilização da UMC (Unidade Monetária Contábil), criada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para ser empregada nas demonstrações elaboradas pela sistemática da correção monetária integral. No exercício desenvolvido, procuramos trabalhar com pequenas variações das UMC's, justamente para detectar distorções entre um resultado elaborado pela legislação societária e pela correção monetária integral.

CASO PRÁTICO DE C.M.I.			
EMPRESA INTEGRALIZADORA S/A			
BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/96			
(valores em reais)			
ATIVO	31.12.96	PASSIVO	31.12.96
Circulante		Circulante	
Bancos/Conta/Movimento	80.000,00		
Realizável a Longo Prazo		Exigível a Longo Prazo	
Permanente		Patrimônio Líquido	
		Capital Integralizado	80.000,00
TOTAL DO ATIVO	80.000,00	TOTAL DO PASSIVO	80.000,00

Demonstração Gráfica do AVP			
31 dias	20 dias	9 dias	Acumulado
11 dias	10 dias	9 dias	Varição Diária
0			
10/12/97	21/12/97	31/12/97	09/01/98
	1,0690%	1,0290%	
V.P.			V.F.
18.181,81	18.709,07	19.436,35	20.000,00
/ (1,10)			* (1,10)
* Demonstrar o que falta, ou seja, o que já transcorreu, incorreu.			

Transações Contábeis adicionais a serem contabilizadas pela Societária X Integral

1. Compra de 20 unidades de mercadorias para revenda, à vista, no valor de R\$ 10.000,00, em 31.01.97;

2. Compra de uma máquina para produção, à vista, no valor de R\$ 15.000,00, em 29.02.97;

3. Apropriação das seguintes despesas em 31.03.97:

- apropriação da Folha de Pagamento no valor de R\$ 20.000,00;

- apropriação dos encargos sociais s/ a folha de pagamento no valor de R\$ 7.000,00;

- apropriação da conta de energia elétrica no valor de R\$ 2.500,00;

- apropriação da conta de água no valor de R\$ 2.000,00;

4. Aquisição de um financiamento de capital de giro no valor de R\$ 40.000,00 em 31.03.97 - ELP;

5. Aquisição de ações de outras empresas, à vista, no valor de R\$ 10.000,00, em 30.04.97;

6. Integralização de capital, mediante investimento direto em moeda no valor de R\$ 20.000,00 em 30.04.97;

7. Depósito judicial efetuado em 31.05.97, referente a inconstitucionalidade do PIS - s/ Faturamento no valor de R\$ 18.000,00 - RLP;

8. Compra a prazo de estoque de produtos estrangeiros no valor de R\$ 20.000,00 em 10.12.97, para pagamento em 30 dias; a taxa de juros embutida na transação é de 10% ao mês, correspondente a 18 unidades;

9. Venda de produtos em 10.12.97, no valor de R\$ 50.000,00 para recebimento em 09.01.98; a taxa de juros embutida na transação é de 12% ao mês. Baixar do estoque o correspondente a 15 unidades;

10. Apropriação dos seguintes impostos sobre as vendas em 20.12.97:

- PIS s/ faturamento = 0,65% - R\$ 325,00

- COFINS s/ faturamento = 2,0% - R\$ 1.000,00

- ICMS s/ faturamento = 18,0% - R\$ 9.000,00

Informações adicionais

A- Elaborar todos os razonetes das transações acima, e dos saldos iniciais, pela legislação societária e para fins da integral em UMC's.

B- Calcular todos os ganhos e perdas monetárias ocorridos nas transações.

C- Elaborar todas as demonstrações contábeis pela legislação societária X integral.

D- As demonstrações finais do exercício serão elaboradas no dia 31.12.97.

BP, DRE, DMPL - Conciliação do Lucro Líquido, RAZUMC, Ficha de Estoque.

E- Os valores das UMC's a serem utilizadas no exercício são as seguintes:

PERÍODO	VLR. UMC
31.12.96	0,8287
31.01.97	0,8453
29.02.97	0,8877
31.03.97	0,9143
30.04.97	0,9509
31.05.97	0,9889
31.10.97	1,0285
30.11.97	1,0594
10.12.97	1,1018
20.12.97	1,1215
31.12.97	1,1500

F- Contabilizar a depreciação sobre o imobilizado à taxa de 10% ao ano, considerar proporcionalmente.

G- Efetuar a correção monetária de balanço, para fins da correção monetária integral.

H- Calcular a provisão para Contribuição Social s/ o Lucro e IRPJ à taxa de 10% e 15% respectivamente.

Passos para o desenvolvimento do exercício

1. Contabilizar todas as transações pela legislação societária em razonetes.
2. Elaborar a ficha de estoque pela legislação societária x integral.
3. Elaborar todas as demonstrações contábeis e financeiras pela legislação societária.
4. Elaborar o RAZUMC (Razão Auxiliar em UMC's) para fins de ajuste da correção monetária de balanço na Integral.
5. Contabilizar todas as transações em UMC's, para fins da integral.
6. Efetuar o cálculo dos ajustes a valor presente, das transações mercantis a prazo.
7. Elaborar as demonstrações contábeis pela Integral.
8. Elaborar a conciliação do prejuízo líquido do exercício pela legislação societária e integral, para justificar a diferença entre os prejuízos obtidos.

Empresa integralizadora S/A

Verificação em razonetes pela
Legislação Societária
LEI 6.404/76

BANCOS CONTA MOVIMENTO			
SI	80.000,00	10.000,00	1
4	40.000,00	15.000,00	2
6	20.000,00	10.000,00	5
		18.000,00	7
	140.000,00	53.000,00	
SF	87.000,00		

CAPITAL INTEGRALIZADO		
	80.000,00	SI
	20.000,00	6
	100.000,00	SF

ESTOQUES			
1	10.000,00	11.842,10	9
8	20.000,00		
	30.000,00	11.842,10	
SF	18.157,90		

MÁQ E EQUIPAMENTOS		
2	15.000,00	
SF	15.000,00	

SALÁRIOS A PAGAR		
	20.000,00	3A
	20.000,00	SF

DESPESAS COM SALÁRIOS		
3A	20.000,00	
SF	20.000,00	20.000,00 ARE1

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
	1.250,00	F
	1.250,00	SF

DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO		
F	1.250,00	
SF	1.250,00	1.250,00 ARE2

ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		
	7.000,00	3B
	7.000,00	SF

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS		
3B	7.000,00	
SF	7.000,00	7.000,00 ARE3

ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR		
	2.500,00	3C
	2.500,00	SF

DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA		
3C	2.500,00	
SF	2.500,00	2.500,00 ARE4

CONTA DE ÁGUA A PAGAR		
	2.000,00	3D
	2.000,00	SF

DESPESAS COM ÁGUA		
3D	2.000,00	
SF	2.000,00	2.000,00 ARE5

FINANC. CAP. GIRO - ELP		
	40.000,00	4
	40.000,00	SF

AÇÕES DE OUTRAS EMPRESAS - INV		
5	10.000,00	
SF	10.000,00	

DEPÓSITOS JUDICIAIS - RLP		
7	18.000,00	
SF	18.000,00	

PIS SOBRE FATURAMENTO		
10A	325,00	
SF	325,00	325,00 ARE6

FORNECEDOR ESTRANGEIRO		
	20.000,00	8
	20.000,00	SF

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		
9	11.842,10	
SF	11.842,10	11.842,10 ARE7

COFINS SOBRE FATURAMENTO		
10B	1.000,00	
	1.000,00	1.000,00 ARE8

ICMS SOBRE FATURAMENTO		
10C	9.000,00	
SF	9.000,00	9.000,00 ARE9

RECEITA BRUTA DE VENDAS		
	50.000,00	9
ARE10	50.000,00	50.000,00 SF

CLIENTES		
9	50.000,00	
SF	50.000,00	

IMPOSTO A PAGAR		
	325,00	10A
	1.000,00	10B
	9.000,00	10C
	10.325,00	SF

PREJUÍZO ACUMULADO		
TRF1	4.917,10	

APURAÇÃO DE RESULTADO DO EXERC.		
ARE1	20.000,00	50.000,00 ARE
ARE2	1.250,00	
ARE3	7.000,00	
ARE4	2.500,00	
ARE5	2.000,00	
ARE6	325,00	
ARE7	11.842,10	
ARE8	1.000,00	
ARE9	9.000,00	
	54.917,10	50.000,00
SF	4.917,10	4.917,10 TRF1

Verificação em razãotes pela Correção
Monetária Integral
Em UMC'S

BANCOS CONTA MOVIMENTO			
SI	96.536,7443	11.830,1195	1
4	43.749,3164	16.897,6005	2
6	21.032,7059	10.516,3529	5
		18.202,0427	7
	161.318,7666	57.446,1156	
	103.872,6510	28.221,4601	PM1
SF	75.651,1909		
	X 1,1500		
	R\$ 87.000,00		

CAPITAL INTEGRALIZADO		
	96.536,7443	SI
	21.032,7059	6
	117.569,4502	SF
	X 1,1500	
	R\$ 135.204,87	

ESTOQUES			
1	11.830,1195	11.183,7000	9
8	16.501,9150		
	28.332,0345	11.183,7000	
SF	17.148,3345		
	X 1,1500		
	R\$ 19.720,58		

MÁQ E EQUIPAMENTOS		
2	16.897,6005	
SF	16.897,6005	
	X 1,1500	
	R\$ 19.432,24	

SALÁRIOS A PAGAR			
	21.874,6582	3A	
GM1	4.483,3500	21.874,6582	
	17.391,3082	SF	
	X 1,1500		
	R\$ 20.000,00		

DESPESAS COM SALÁRIOS			
3A	21.874,6582		
	21.874,6582	4.483,3500	GM1
SF	17.391,3082	17.391,3082	ARE1
	X 1,1500		
	R\$ 20.000,00		

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
	1.408,1334	F
	1.408,1334	SF
	X 1,1500	
	R\$ 1.619,35	

DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO		
F	1.408,1334	
SF	1.408,1334	1.408,1334 ARE2
	X 1,1500	
	R\$ 1.619,35	

ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER			
	7.656,1304	3B	
GM2	1.569,1700	7.656,1304	
		6.086,9604	SF
	X 1,1500		
	R\$ 7.000,00		

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS			
3B	7.656,1304		
	7.656,1304	1.569,1700	GM2
SF	6.086,9604	6.086,9604	ARE3
	X 1,1500		
	R\$ 7.000,00		

ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR			
	2.734,3323	3C	
GM3	560,4100	2.734,3323	
		2.173,9223	SF
	X 1,1500		
	R\$ 2.500,00		

DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA			
3C	2.734,3323		
	2.734,3323	560,4100	GM3
SF	2.173,9223	2.173,9223	ARE4
	x 1,1500		
	R\$ 2.500,00		

PIS SOBRE FATURAMENTO			
10A	289,7905	7,1800	GM6
SF	282,6105	282,6105	ARE6
	X 1,1500		
	R\$ 325,00		

CONTA DE ÁGUA A PAGAR			
	2.187,4658		3D
GM4	448,3300	2.187,4658	
	1.739,1358		SF
	x 1,1500		
	R\$ 2.000,00		

FORNECEDOR ESTRANGEIRO			
	16.501,9150		8
	16.501,9150		SF
GM7	737,0800	1.038,5000	AVP1
	16.803,3350		
	X 1,1500		
	R\$ 19.323,84		

DESPESAS COM ÁGUA			
3D	2.187,4658		
	2.187,4658	448,3300	GM4
SF	1.739,1358	1.739,1358	ARE5
	x 1,1500		
	R\$ 2.000,00		

CUSTO DOS PROD. VENDIDOS			
9	11.183,7000		
SF	11.183,7000	11.183,7000	ARE7
	X 1,1500		
	R\$ 12.861,26		

FINANC. CAP. GIRO - ELP			
	43.749,3164		4
GM5	8.966,7000	43.749,3164	
	34.782,6164		SF
	x 1,1500		
	R\$ 40.000,00		

COFINS SOBRE FATURAMENTO			
10B	891,6630	22,1000	GM8
SF	869,5630	869,5630	ARE8
	x 1,1500		
	R\$ 1.000,00		

AÇÕES OUTRAS EMPRESAS - INV			
5	10.516,3529		
SF	10.516,3529		
	x 1,1500		
	R\$ 12.093,81		

ICMS SOBRE FATURAMENTO			
10C	8.024,9666	198,8800	GM9
SF	7.826,0866	7.826,0866	ARE9
	X 1,1500		
	R\$ 9.000,00		

DEPÓSITOS JUDICIAIS - RLP			
7	18.202,0427	2.549,8600	PM2
SF	15.652,1827		
	X 1,1500		
	R\$ 18.000,00		

RECEITA BRUTA DE VENDAS			
	40.518,1067		9
ARE10	40.518,1067	40.518,1067	SF
	X 1,1500		
	R\$ 46.595,82		

CLIENTES			
9	40.518,1067	1.838,4523	PM2
AVP2	3.205,1652	1.838,4523	
SF	41.884,8196		
	X 1,1500		
	R\$ 48.167,54		

DESPESAS FINANCEIRAS			
PM1	28.220,4600	8.966,7000	
PM2	2.549,8600		
	30.770,3200	8.966,7000	
SF	21.803,6200	21.803,6200	
	X 1,1500		
	R\$ 25.074,16		

IMPOSTOS A PAGAR			
GM6	7,1800	289,7905	10A
GM8	22,1000	891,6630	10B
GM9	198,8800	8.024,9666	10C
	228,1600	9.206,4201	
		8.978,2601	SF
		X 1,1500	
		R\$ 10.325,00	

DESPESAS FINANCEIRAS COM. LÍQUIDA			
AVP1	1.038,5000	737,0800	GM7
SF	301,4200	301,4200	ARE12
	X 1,1500		
	R\$ 346,63		

PREJUÍZO ACUMULADO	
TRF1	21.886,2281
	X 1,1500
	R\$ 25.169,15

RECEITA FINANCEIRA COM. LÍQUIDA			
PM2	1.838,4523	3.205,1652	AVP2
ARE13	1.366,7129	1.366,7129	SF
		X 1,1500	
		R\$ 1.5716,72	

APURAÇÃO DE RESULTADO DO EXERC.			
ARE1	17.391,3082	40.518,1100	ARE10
ARE2	1.408,1334		
ARE3	6.086,9604		
ARE4	2.173,9223		
ARE5	1.739,1358		
ARE6	282,6105		
ARE7	11.183,7000		
ARE8	869,5630		
ARE9	7.826,0866		
ARE11	21.803,6200		
ARE12	301,4200	1.366,7129	ARE13
	71.066,4602	41.884,8229	
	29.181,6373		
		2.918,1637	CSLL
		4.377,2455	IRPJ
		21.886,2281	TRF1
		X 1,1500	
		R\$ 25.169,15	

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA		
CSSL	2.918,1637	
SF	2.918,1637	
	X 1,1500	
	R\$ 3.355,88	

IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO		
IRPJ	4.377,2455	
SF	4.377,2455	
	X 1,1500	
	R\$ 5.033,83	

Empresa integralizadora S/A
Balanco patrimonial do exercício encerrado em 31.12.97
 (Valores em Reais)

	LEG. SOC.	C.M.I		LEG. SOC.	C.M.I.
ATIVO	31.12.97	31.12.97	PASSIVO	31.12.97	31.12.97
Circulante			Circulante		
Banco cta Movimento	87.000,00	87.000,00	Contas a Pagar	4.500,00	4.500,00
Cliente	50.000,00	48.167,54	Salários + Encargos a Pag.	27.000,00	27.000,00
Estoque	18.157,90	19.720,58	Impostos a Pagar	10.325,00	10.325,00
Contribuição Social Diferida	0,00	3.355,88	Fornecedor Estrangeiro	20.000,00	19.323,81
Imposto de Renda Diferido	0,00	5.033,83		61.825,00	61.148,81
	155.157,90	163.277,83			
Realizável a Longo Prazo			Exigível a Longo Prazo		
Depósito Judicial - PIS	18.000,00	18.000,00	Financiamento Cap. Giro	40.000,00	40.000,00
	18.000,00	18.000,00		40.000,00	40.000,00
Permanente			Patrimônio Líquido		
Investimento	10.000,00	12.093,81	Capital Integ./Atualizado	100.000,00	135.204,87
Imobilizado – Custo Corrigido	15.000,00	19.432,24	Reserva de Lucro	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	(1.250,00)	(1.619,35)	Prejuízo Acumulado	(4.917,10)	(25.169,15)
	23.750,00	29.906,70		95.082,90	110.035,72
TOTAL DO ATIVO	196.907,90	211.184,53	TOTAL DO PASSIVO	196.907,90	211.184,53

Empresa integralizadora S/A
Demonstração de resultado do exercício encerrado em 31.12.97
 (Valores em Reais)

	LEG.SOC	C.M.I.
	R\$	R\$
Receita Bruta de Vendas	50.000,00	46.595,82
(-) Impostos Incidentes sobre Vendas	(10.325,00)	(10.325,00)
(=) Receita Líquida de Vendas	39.675,00	36.270,82
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(11.842,10)	(12.861,26)
(=) Lucro Bruto	27.832,90	23.409,56
(-) Despesas Administrativas (salários + encargos soc)	(27.000,00)	(27.000,00)
(-) Despesas Financeiras	0,00	(25.074,16)
(-) Depreciações	(1.250,00)	(1.619,35)
(-) Outras Desp. Operac. (Água, Energ., Outras Ctas.)	(4.500,00)	(4.500,00)
(=) Lucro Operacional	(4.917,10)	(34.783,95)
(+) Receita Financeira Comercial Líquida	0,00	1.571,72
(-) Despesa Financeira Comercial Líquida	0,00	(346,63)
(-) Resultado Devedor da Corr. Monetária de Balanço	0,00	0,00
(=) Prejuízo antes da CSLL e IRPJ	(4.917,10)	(33.558,86)
(+) Contribuição Social s/ o Lucro Diferida	0,00	3.355,88
(+) Imposto de Renda Diferido	0,00	5.033,83
(=) Prejuízo Líquido do Exercício	(4.917,10)	(25.169,15)

Empresa integralizadora S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
do exercício encerrado em 31.12.97 - Societária
(Valores em Reais)

Discriminação	Capital Integral	Reserva da C.M. Capital	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/96	80.000,00	0	0	0,00	80.000,00
Aumento de Capital em R\$	20.000,00				20.000,00
Correção Monetária	0,00	0	0	0,00	0,00
Prejuízo Líquido do Exercício				(4.917,10)	(4.917,10)
Saldo em 31 / 12 / 97	100.000,00	0	0	(4.917,10)	95.082,90

Empresa integralizadora S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
do exercício encerrado em 31.12.97 - C.M.I.
(Valores em Reais)

Discriminação	Capital Atualizado	Reserva da C.M. Capital	Reserva de Lucros	Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31/12/96	80.000,00	0	0	0,00	80.000,00
Aumento de Capital R\$	20.000,00				20.000,00
Correção Monetária	35.204,87	0	0	0,00	35.204,87
Prejuízo Líquido do Exercício				(25.169,15)	(25.169,15)
Saldo em 31/12/97	135.204,87	0	0	(25.169,15)	110.035,72

Empresa integralizadora S/A
Conciliação do lucro líquido do exercício
(Legislação Societária X Correção Monetária Integral)
(Valores em Reais)

	31.12.97 RS
Prejuízo Líquido do Exercício Pela Legislação Societária	4.917,10
(+) Efeito da Correção de Balanço não reconhecida no Societário	(29.048,17)
(+) Atualização Monetária dos estoques	1.562,68
(+) AVP - Fornecedor	676,19
(-) AVP - Clientes	(1.832,46)
(+) Contribuição Social s/ o Lucro Diferida	3.355,88
(+) Imposto de Renda Diferido	5.033,83
Prejuízo Líquido do Exercício Pela Correção Monetária Integral	(25.169,15)

Empresa integralizadora S/A
Movimentação do estoque - custo médio pela legislação societária

Data	Entradas			Saídas			Saldo		
	Quant.	Unit. R\$	Total R\$	Quant.	Unit. R\$	Total R\$	Quant.	Unit. R\$	Total R\$
31.01.97	20	500,00	10.000,00				20	500,00	10.000,00
10.12.97	18	1.111,00	20.000,00				38	789,47	30.000,00
10.12.97				15	789,47	11.842,10	23	789,47	18.157,90
				CPV		11.842,10			18.157,90

Movimentação do estoque - custo médio pela correção monetária integral

Data	Entradas			Saídas			Saldo		
	Quant.	Unit. UMC'S	Total UMC'S	Quant.	Unit. UMC'S	Total UMC'S	Quant.	Unit. UMC'S	Total UMC'S
31.01.97	20	591,50	11.830,12				20	591,50	11.830,12
10.12.97	18	916,77	16.501,92				38	748,58	28.332,04
10.12.97				15	745,58	11.183,70	23	748,58	17.148,34
				CPV		11.183,70			17.148,34

Empresa integralizadora S/A
Demonstrativo da Correção Monetária de balanço para fins da integral
findo em 31.12.97
 (Valores em Reais)

Discriminação	Saldo Inicial R\$	Valor da UMC para conversão	Quant. UMC'S	Valor da UMC final p/correção	Saldo Final Corrigido	Valor da Correção Monetária
Máquinas e Equipamentos	15.000,00	0,8877	16.897,601	1,1500	19.432,24	4.432,24
Ações de outras Empresas	10.000,00	0,9509	10.516,353	1,1500	12.093,81	2.093,81
(-) Depreciação Acumulada (*)	(1.250,00)	0,8877	(1.408,133)	1,1500	(1.619,35)	(369,35)
(*) considerada proporcional						
Total Permanente	23.750,00		26.005,821		29.906,70	6.156,70
Capital Integralizado	80.000,00	0,8287	96.536,744	1,1500	111.017,26	31.017,26
Integralização do Capital - Adição	20.000,00	0,9509	21.032,706	1,1500	24.187,61	4.187,61
Total Patrimônio Líquido	100.000,00		117.569,450		135.204,87	35.204,87
Saldo (devedor) da CMB						(29.048,17)

1 - Cálculo do ajuste a valor presente - AVP

AVP - FORNECEDOR

$$AVP = \frac{1}{(1 + i)^n}$$

NA DATA DA TRANSAÇÃO: 10.12.97

R\$ 20.000,00 / 1,10 = R\$ 18.181,81 / 1,1018 = UMC's 16.501,9150

NA DATA DO ENCERRAMENTO DO BALANÇO: 31.12.97

R\$ 20.000,00 / 1,0322 = R\$ 19.376,09

CÁLCULO DA DESPESA FINANCEIRA

R\$ 19.376,09 - R\$ 18.181,81 = R\$ 1.194,28 / UMC 1,1500 = UMC's 1.038,5000

CÁLCULO DO GANHO DO FORNECEDOR

R\$ 19.376,09 / 1,1018 (-) R\$ 19.376,09 / 1,1500 = 737,0800 UMC's

17.585,85 UMC's (-) 16.848,77 UMC's = 737,0800 UMC's

2 - Cálculo do ajuste a valor presente - AVP

AVP - CLIENTE

$$AVP = \frac{1}{(1 + i)^n}$$

NA DATA DA TRANSAÇÃO: 10.12.97

R\$ 50.000,00 / 1,12 = R\$ 44.642,85 / 1,1018 = UMC's 40.518,1067

NA DATA DO ENCERRAMENTO DO BALANÇO: 31.12.97

R\$ 50.000,00 / 1,03458 = R\$ 48.328,79

CÁLCULO DA RECEITA FINANCEIRA

R\$ 48.328,79 - R\$ 44.642,85 = R\$ 3.685,94 / 1,1500 = 3.205,1652 UMC's

CÁLCULO DA PERDA COM O CLIENTE

R\$ 48.328,79 / 1,1018 (-) R\$ 48.328,79 / 1,1500 = 1.838,4523 UMC's

43.863,4870 UMC's (-) 42.025,0347 UMC's = 1.838,4523 UMC's.

Demonstração Gráfica do AVP - Outro exemplo

CÁLCULO DO A.V.P. DADO NO EXERCÍCIO (PELA HP 12C)**AVP – FORNECEDOR - 01**

1,10 ENTER
 10 ENTER
 30 DIVIDE
 yx
 1-
 100x
 = 3,228012

AVP – CLIENTE - 02

1,12 ENTER
 9 ENTER
 30 DIVIDE
 yx
 1-
 100x
 = 3,458316

OUTROS EXEMPLOS:

Valor Futuro = FV = R\$ 717,69

Valor Presente = PV = R\$ 542,68

R\$ 717,69 FV

32,25 i

1n

apertar PV

CÁLCULO DOS JUROS COMPOSTOS (PELA HP 12C)**EXEMPLO:**

i = 15% ao mês

N = 2 meses

Valor absoluto = 100

100 PV

15 i

2n

APERTAR FV E TIRAR 100

Empresa integralizadora S/A
 Demonstração das origens e aplicações de recursos
 do exercício encerrado em 31.12.97
 (Valores em Reais)

	31.12.97 LEG. SOC.	31.12.97 C.M.I.
ORIGENS DE RECURSOS		
Prejuízo líquido do Exercício	(4.917,10)	(25.169,15)
(+) Depreciação	1.250,00	1.619,35
Financiamento do Capital de Giro	40.000,00	40.000,00
Integralização de Capital em Moeda	20.000,00	24.187,61
TOTAL DAS ORIGENS	56.332,90	40.637,81
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Depósito Judicial – PIS s/ Faturamento	18.000,00	18.000,00
Aquisição de Investimento – Ações de outras Cias	10.000,00	12.093,81
Aquisição de Imobilizado	15.000,00	19.432,24
TOTAL DAS APLICAÇÕES	43.000,00	49.526,05
Aumento (Diminuição) Capital Circ. Líquido	13.332,90	(8.888,24)

Demonstração da variação do capital circulante líquido

ATIVO CIRCULANTE		
Final do Exercício	155.157,90	163.277,83
Início do Exercício	80.000,00	**111.017,26
Variação	75.157,90	52.260,57
PASSIVO CIRCULANTE		
Final do Exercício	(61.825,00)	(61.148,81)
Início do Exercício	0,00	0,00
Variação	(61.825,00)	(61.148,81)
Aumento (Diminuição) do Capital Circ. Líquido	13.332,90	(8.888,24)
OBSERVAÇÃO:		
No primeiro exercício a ser elaborado pela Integral, devemos corrigir o total do ativo circulante da legislação societária da seguinte forma, para elaboração da DOAR.		
**R\$ 80.000,00 / UMC 0,8287 * UMC 1,1500 = R\$ 111.017,26		

Conclusão

Podemos observar que a variação da UMC utilizada no início do exercício, em 31/12/1996, e no final de exercício, em 31/12/1997, variou 38,77%. Prejuízo pela legislação societária no valor de R\$ 4.917,10, e pela integral de R\$ 25.169,15, demonstrou uma variação de 411,86%.

A estrutura de cada empresa, ou seja, seus ativos e passivos monetários expostos à inflação, aliados à política de juros extorsivos praticados

nas transações econômicas de nosso país, podem gerar grandes impactos no resultado contábil e financeiro das empresas. Por esse motivo, especialistas e grandes mestres de nossa área, de renomadas escolas, constantemente publicam artigos e simulações a respeito destas distorções provocadas pelas incontínuas da economia política de nosso país.

Cabe ao contabilista ficar atento e zelar pela informação contábil da entidade onde atua, pois somos os mentores da maximização da riqueza, denominada de lucro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Correção Monetária Integral das Demonstrações Financeiras: de acordo com a Instrução CVM nº 64, de 19/05/87*. São Paulo: Atlas, 1987.
- COELHO, Juares Ferreira. *O Uso das Técnicas da Correção Monetária Integral na Conversão das Demonstrações em Moeda Estrangeira*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica - SP.
- COOPERS & LYBRAND. *Relatórios Financeiros e Inflação: Gerenciamento Eficaz com Moeda Forte*. São Paulo: Coopers & Lybrand, 1990.
- CUNHA, Antonio Quinta. *Contabilização da Inflação na Empresa Brasileira - da Lei 6404/76 à Instrução 64/87 da CVM*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas.
- FALCÃO, Eduardo de Aquino. *Divulgação em Demonstrações Financeiras de Companhias Abertas*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração/USP.
- FIPECAFI. *Aprendendo Contabilidade em Moeda Constante*. São Paulo: Atlas, 1994.
- SANTOS, Ariovaldo dos. *Alguns Efeitos da Utilização de Índices Inadequados na Correção dos Balanços de Empresas Estrangeiras no Brasil*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia e Administração/USP.